

## Producción de doctores en humanidades en Brasil: ¿exceso o mala distribución?

Afrânio Mendes-Catani, USP/Brasil; [amcatani@usp.br](mailto:amcatani@usp.br)

Ana Paula Hey; USP y UMESP/Brasil; [anaphey@uol.com.br](mailto:anaphey@uol.com.br)

Para comprender el gran aumento en la formación de doctores en Brasil, partimos de datos de CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que clasifica el conocimiento en 9 grandes áreas. Trabajaremos con la producción de doctores en humanidades que, en nuestra clasificación, abarcara las Ciencias Humanas, Sociales Aplicadas y Lingüística, Letras y Artes. Consideramos que no existe relación directa entre obtener el título de doctor y su respectivo puesto en el mercado de trabajo, pues formación y mercado son dominios sociales autónomos, reglados de manera distinta y con lógicas propias. El aumento de los que concluyen la Enseñanza media y el acceso a las instituciones de educación superior de grandes cantidades de alumnos van a aumentar el número de los actuales 3.000 doctores/año en humanidades. No creemos en exceso de doctores: hay que pensar en la distribución (regional) de los titulados para fortalecer las instituciones y elevar la cultura científica en todo territorio nacional.

Produção de doutores na área de humanidades: excesso ou má distribuição?<sup>1</sup>

Afrânio Mendes-Catani/USP, Brasil; [amcatani@usp.br](mailto:amcatani@usp.br)

Ana Paula Hey/USP y UMESP, Brasil; [anaphey@uol.com.br](mailto:anaphey@uol.com.br)

No início de janeiro de 2005 o então ministro da Educação, Tarso Genro, recebeu de Jorge Almeida Guimarães, presidente da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*, elaborado por comissão composta por dez membros, representando desde

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é parte de pesquisa mais ampla, que estamos desenvolvendo no âmbito dos Programas de Pós-Graduação aos quais nos encontramos vinculados.

o Conselho Superior da CAPES até a Associação Nacional de Pós-Graduandos. Era a quarta vez que o Brasil conhecia um plano dessa natureza, sendo as três anteriores em 1975, 1982 e 1986.

O cenário, no que se refere à pós-graduação, poderia ser resumido mais ou menos da seguinte forma: o Brasil formou pouco mais de 8 mil doutores em 2003 (8.094, para sermos exatos). Daqueles que se empregavam, cerca de dois terços vinculavam-se a universidades e institutos de pesquisa, e somente pouco mais de 10% obtêm emprego em empresas públicas e privadas ou escritórios e consultorias.

Ao realizar o diagnóstico da realidade, o PNPG destaca os méritos do sistema brasileiro, em especial o seu assombroso crescimento, uma vez que o total de alunos matriculados na pós-graduação passou de 37 mil, em 1987, para aproximadamente 112 mil em 2003, embora haja uma dimensão bem grave nesse crescimento, pois apenas 30% dos alunos recebem bolsas federais e com valores ainda gritantemente defasados. Considerando o sistema nacional de pós-graduação um eixo estratégico para o desenvolvimento do país, “o PNPG traça metas que procuram ampliar o número de pesquisadores titulados para os próximos anos”, sendo a mais ambiciosa a que estabelece que, em 2010, o Brasil forme o dobro de doutores, isto é, 16 mil – além de 45 mil mestres (HEBMÜLLER, 2005, p.7). Se as metas do plano forem atingidas, o país vai se equiparar à situação vivenciada pela Coreia do Sul em 1985, no que se refere à proporção de doutores por 100 mil habitantes – no ano 2000, a taxa coreana era de 13,6. Outras taxas são mencionadas, a saber: Brasil (2003), 4,6; Alemanha (2003), 30; Reino Unido e Estados Unidos, respectivamente, 24 e 14, em 2001, enquanto as taxas da França (1999) era 17 e, a do Japão (2000), 12,1.

Hebmüller entrevista a então pró-reitora de Pós-Graduação da USP, Suely Vilela, que afirma: “Não basta apenas formar o doutor. É preciso dar a infra-estrutura para que ele se fixe em sua região de origem.” Além disso, o autor pergunta: “Se já é difícil absorver os 8 mil

doutores formados por ano na atualidade, como será com 16 mil?” O PNPG se preocupa com o emprego dessa mão-de-obra altamente qualificada, na qual se investe considerável quantidade de recursos do fundo público, lembrando que uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) é que o número de mestres e doutores que estão no sistema de ensino superior cresça 5% ao ano (BRASIL, 2001; CATANI e OLIVEIRA, 2003).

Nesse sentido, discutiremos a questão do excesso ou da má distribuição dos doutores no Brasil a partir de levantamento de informações junto a CAPES. Essa agência classifica o conhecimento em 9 grandes áreas (Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar), cada uma com vários campos disciplinares correspondentes. Assim, em nossa classificação, vamos considerar no presente texto a produção de doutores em humanidades englobando as áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

Nos anos 1970, quando a pós-graduação no Brasil começa a se institucionalizar, o cerne da formação centrava-se na titulação de mestres e doutores para o fortalecimento do sistema universitário e das funções de Estado. Para a consolidação de um sistema de formação de acadêmicos e de pesquisadores observa-se a criação de um aparato institucional garantido pelo Estado brasileiro, ao lado de uma política nacional de formação de cientistas no país e no exterior e da constituição de centros de pesquisa nacionais. Nesse sentido destacam-se a Capes, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). As duas primeiras ficam responsáveis pela formação e aperfeiçoamento do pessoal docente do ensino superior e pela política na área, sendo a última mais voltada para o financiamento das áreas tecnológicas. Em São Paulo, financiada pelo governo do estado, destaca-se a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), instituída em 1962.

No Brasil há cerca de 316 mil professores universitários, dos quais 70 mil são doutores e 115 mil mestres. Destes doutores, 56 mil vinculam-se ao modelo institucional de universidade, estando 42 mil nas públicas. Tais dados indicam que existe um grande contingente de professores que ainda não são doutores vinculados às instituições de educação superior (IES) em seus diferentes formatos institucionais (universidades, centros universitários, faculdades etc.). Deve-se considerar que na área de Ciências Humanas, que abarca Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Relações Internacionais, Sociologia, Teologia, a realização do curso de doutorado direcionava seu portador à carreira docente e à realização de pesquisa acadêmica, em instituições públicas (principalmente) e privadas, através do ingresso por meio de concurso. Ou seja, a formação esteve voltada à reprodução de quadros. Isso ocorria também em vários segmentos da área de Ciências Sociais Aplicadas (que reúne as carreiras de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Serviço Social, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Demografia e Planejamento Urbano e Regional) e na de Lingüística, Letras, Artes e Música.

A partir dos anos 1990 é visível uma grande mudança nas taxas de formação de doutores em todas as áreas do conhecimento, sendo que no período de 1998-2006 houve aumento de 237% (de 3949 para 9365) de novos titulados, enquanto em humanidades o incremento foi de 273% (de 1101 para 3010). Em números relativos, tem-se o aumento gradativo (pouco mais de 4%) dessa última área em relação ao total de titulados, o que indicaria a paridade de quase 1/3 de titulados em nível de doutorado nesse domínio em relação aos demais.

#### Número de doutorandos no Brasil – 1998-2006

Área	Ciências	Ciências Sociais	Lingüístic	Total de	Total de	% Humanidades
------	----------	------------------	------------	----------	----------	---------------

Ano	Humanas	Aplicadas	a	Humanidades	todas as áreas	em relação ao total
1998	653	281	167	1101	3949	27,88
1999	755	336	226	1317	4853	27,13
2000	892	441	257	1590	5335	29,80
2001	1025	478	322	1825	6040	30,21
2002	1139	613	393	2145	6894	31,11
2003	1286	736	415	2437	8094	30,10
2004	1329	755	452	2536	8112	31,27
2005	1495	813	496	2804	8989	31,19
2006	1503	890	617	3010	9365	32,14
Total no período				18765	61631	

Fonte: CAPES, 2007.

Nas décadas de 1970 e 80, e em boa parte dos anos 90, a carreira docente nas universidades públicas do Estado de São Paulo era estruturada em 6 níveis, dos **auxiliares de ensino** (graduados e, em geral, matriculados em um programa de pós-graduação em nível de mestrado) ao cargo de **professor titular**, obtido por concurso público de provas e títulos, representando o coroamento de trajetória exitosa em determinado campo de conhecimento. Exatamente no meio da carreira estava o cargo de **professor assistente-doutor**, sendo necessário, para ocupá-lo, ter concluído e defendido tese de doutorado. Nas áreas de Humanidades, por exemplo, eram raros os casos inferiores a oito ou dez anos para possuir o cobiçado título de *doutor* – hoje, com as modificações da carreira docente, é o degrau inicial, e todos os concursos exigem que os candidatos possuam esse título. O *Anuário Estatístico da*

*USP 2007* é significativo a respeito: dos 5.358 professores que trabalhavam na instituição em 2006, 4.368 enquadravam-se no regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, e 96,66% eram doutores (apenas 179 não possuíam o título).

Nas universidades federais, o doutorado transforma seu detentor em professor adjunto ou associado. Parcelas significativas do corpo docente encontrando dificuldades para conquistar o tão almejado título de doutor, em especial em instituições (ou *campi*) localizadas distantes dos centros hegemônicos, uma vez que é necessário deslocar-se de cidade ou de Estado, além de se conseguir afastamento do trabalho. Há ‘fila de espera’ e prioridades, pois as saídas para a qualificação dos docentes levam em conta as necessidades de serviço, sob a pena de desfaltar por completo o quadro efetivo das IES. Situação semelhante ocorre nas dezenas de universidades estaduais e, em alguns casos, a situação é ainda mais grave naquelas criadas há pouco.

Em entrevista à *Pesquisa Fapesp*, Léa Velho declara que os países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) produzem quase a metade das riquezas do mundo, e a maioria daqueles que se tornam doutores vão trabalhar na indústria. “Não se pode obrigar uma empresa a contratar um doutor (...) Faz parte da racionalidade da empresa inovar quando ela percebe que se tornará mais competitiva e ganhará ou manterá uma posição no mercado.” No Brasil, quase como uma norma para a empresa manter-se no mercado, “é mais vantajoso comprar equipamentos ou licenciar tecnologias estrangeiras. Não é por excesso de doutores disponíveis que elas vão passar a contratar” (MARQUES, F.; ZORZETTO, R., 2008).

O sistema de educação superior brasileiro conta com mais de 5,3 milhões de alunos, sendo que 26% dos universitários encontram-se matriculados no setor público e 74% no setor privado. O governo anunciava a abertura de 6 mil vagas para professores no ensino superior público federal, que seriam preenchidas em 2005 e 2006. Todavia, as instituições de nível

superior públicas também enfrentam grandes limitações no que se refere à criação de condições de aproveitamento dos profissionais oriundos dos cursos de pós-graduação. “O alto custo desses profissionais, bem como da infra-estrutura (laboratórios, bibliotecas, equipamentos) para a execução das suas pesquisas é um aspecto fundamental do problema. Agências de fomento governamentais nem sempre estão capacitadas ou têm condições orçamentárias para enfrentar os custos da crescente demanda para a pesquisa. Ao mesmo tempo, não surgem agências de fundo privado para disputar a demanda por pesquisa científica. Seja a pesquisa dita básica, seja a aplicada” (LIMA; CIPOLLA NETO, 2008, p. 55). As universidades privadas não contratam titulados com esse grau, havendo apenas a exigência legal de “1/3 do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado” (LDB, 1996, art. 52, II). Na diversidade dos formatos das IES não ocorre a correlativa absorção desses titulados, pois maior titulação significa maior custo com o docente ou a desvalorização do título. Isso assim se materializa: a) a não correspondência entre o título e o valor da hora-aula docente, já que a instituição pode estipular um plano de cargos e salários em que a titulação não é fator determinante; b) o papel secundário do título na carreira, pois a ‘utilidade’ do professor para a instituição dependerá em maior grau de seu envolvimento com a tarefa docente (recrutar alunos, produtividade etc.) e com a política universitária local (cargos de chefia, reitorias, comissões etc.), que vai lhe conferir possibilidades de carreira e aumento de salário. Nestes casos a pesquisa deixa de assumir função protagonista, motivação inicial da realização do curso de doutorado.

Lima e Cipolla Neto (2008, p. 54-55) diagnosticam exemplarmente a situação das instituições privadas nesse aspecto, destacando que além do alto custo do docente doutor, o problema da pesquisa, mencionado em linhas anteriores, “as universidades particulares, em sua imensa maioria e por diversas razões, não têm interesse em realizar outra atividade além do ensino. Não incentivam os seus acadêmicos a buscar auxílio financeiro para o

desenvolvimento de projetos acadêmicos de pesquisa e nem buscam assegurar condições de infra-estrutura mínima para que esse trabalho (...) possa se realizar. Desta forma, seguiu-se rapidamente um sucateamento da mão-de-obra acadêmica. Já que não havia interesse na pesquisa e era necessária a contratação de professores quase que exclusivamente para o ensino, a opção mais econômica (e mais lucrativa) foi a de contratar pessoal apenas para dar aulas e para cumprir meramente um programam de ensino mínimo de acordo com as diretrizes do MEC.”

A institucionalização da pós-graduação correspondeu, durante anos, ao direcionamento de seus titulados a um posto determinado no campo universitário brasileiro – em IES, em agências fomentadoras de pesquisa ou em instituições produtoras e reguladoras de políticas públicas para o setor. Com a autonomização do campo universitário e a configuração assumida nos últimos 20 anos, onde o setor privado representa o grosso de sua estrutura e existe uma regulamentação do mercado independente da esfera da formação em nível de pós-graduação, há também o descolamento da titulação com a possibilidade de um posto correspondente, pois o jogo passa a ser dominado por outros interesses.

Desta forma, para entender o grande aumento na formação de doutores no país – e o possível excesso –, deve-se considerar, sobretudo, que inexistente correlação entre a titulação adquirida e o correspondente posto no mercado de trabalho, pois formação e mercado são esferas sociais autônomas, reguladas de forma distinta e com lógica de funcionamento próprias. O aumento dos concluintes no ensino médio e o acesso às instituições de ensino superior de grandes contingentes de alunos, aliados à implantação gradativa dos acordos de Bolonha, que já começam a ser adaptados ao Brasil (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008), vão elevar o patamar dos atuais 3.000 doutores/ano em humanidades. Não cremos em excesso de doutores; há que se pensar, sim, na distribuição (regional) destes titulados para o



fortalecimento das instituições já existentes em todo o território nacional e na elevação da cultura científica no país.

## Referências

BRASIL. Lei n. 9694, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. As políticas de educação superior no Plano Nacional de Educação (PNE). *Pro-Posições*. Faculdade de Educação – UNICAMP. Campinas, SP, Vol. 14, n. 1 (40), p. 143-148, jan./abr. 2003.

HEBMÜLLER, Paulo. Pós-Graduação: doutores em dobro. *Jornal da USP*. São Paulo, CCS - Universidade de São Paulo (USP), p. 7, 30/1 a 6/2/2005.

HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio Mendes. Produção de doutores na área de Humanidades: excesso ou má distribuição? *Revista ADUSP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo)*. São Paulo, p. 56-58, jul., 2008.

LIMA, Fábio Bessa; CIPOLLA NETO, José. Pós-Graduação: estamos no caminho certo? *Revista ADUSP*. São Paulo, p. 54-55, julho, 2008.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a *Universidade Nova*. *Avaliação – Revista da Avaliação da Educação Superior*. Campinas, SP: RAIES; Sorocaba, SP: UNISO, v.13, n. 1, p.7-37, mar., 2008.

MARQUES, F.; ZORZETTO, R. Entrevista – Lea Velho: por um olhar brasileiro na ciência. *Pesquisa FAPESP*. São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, n. 143, p. 10-15, jan., 2008.

MEC – Ministério da Educação/ CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG): 2005-2010*. Brasília, DF, dezembro, 2004.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Apresentação de Vital Didonet. Brasília: Editora Plano, 2000.